

## Igreja do Convento S. Francisco: a importância dos registos

Carmen Pereira<sup>1</sup>

A contextualização e uma fundamentação de dados registados contribuem para uma interpretação do imóvel, do ponto de vista da arquitetura, da história, da sua ocupação e da sua função. Assim, a Igreja do Convento de S. Francisco que se localiza, atualmente, na margem esquerda do Mondego, mais propriamente na confluência da Calçada de Santa Isabel com a Rua Dr. Mendes dos Remédios e Av<sup>a</sup> da Guarda Inglesa, com a entrada principal pela Calçada de Santa Isabel, é o objeto desta análise (fig. 1).



Fig. 1 – Igreja do Convento de S. Francisco (<http://www.googleearth.com> acessado em 12 Dez 2012).

A igreja do Convento de S. Francisco encontra-se abrangida pela Zona Especial de Proteção – ZEP do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Este mosteiro é classificado como Monumento Nacional desde

<sup>1</sup> Técnica Superior de Antropologia do GCH-CMC.

1910, com alteração introduzida pela Portaria n.º 381/2009, publicada na II Série do Diário da República, n.º 49, de 11 de março e de proteção patrimonial mais elevada (grau I) no que respeita ao Plano Diretor Municipal - PDM. A intervenção neste edifício encontra-se subjugada a trabalhos arqueológicos previstos do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra – RMUE.

A história deste edifício encontra-se relacionada com a edificação primitiva que existiu junto à ponte de Santa Clara, ao qual o seu nome - Convento de S. Francisco da Ponte (fig. 2) faz jus à sua proximidade na margem esquerda do rio Mondego, com a ponte (Pereira, 1853 *in* Lopes, 1998:13).

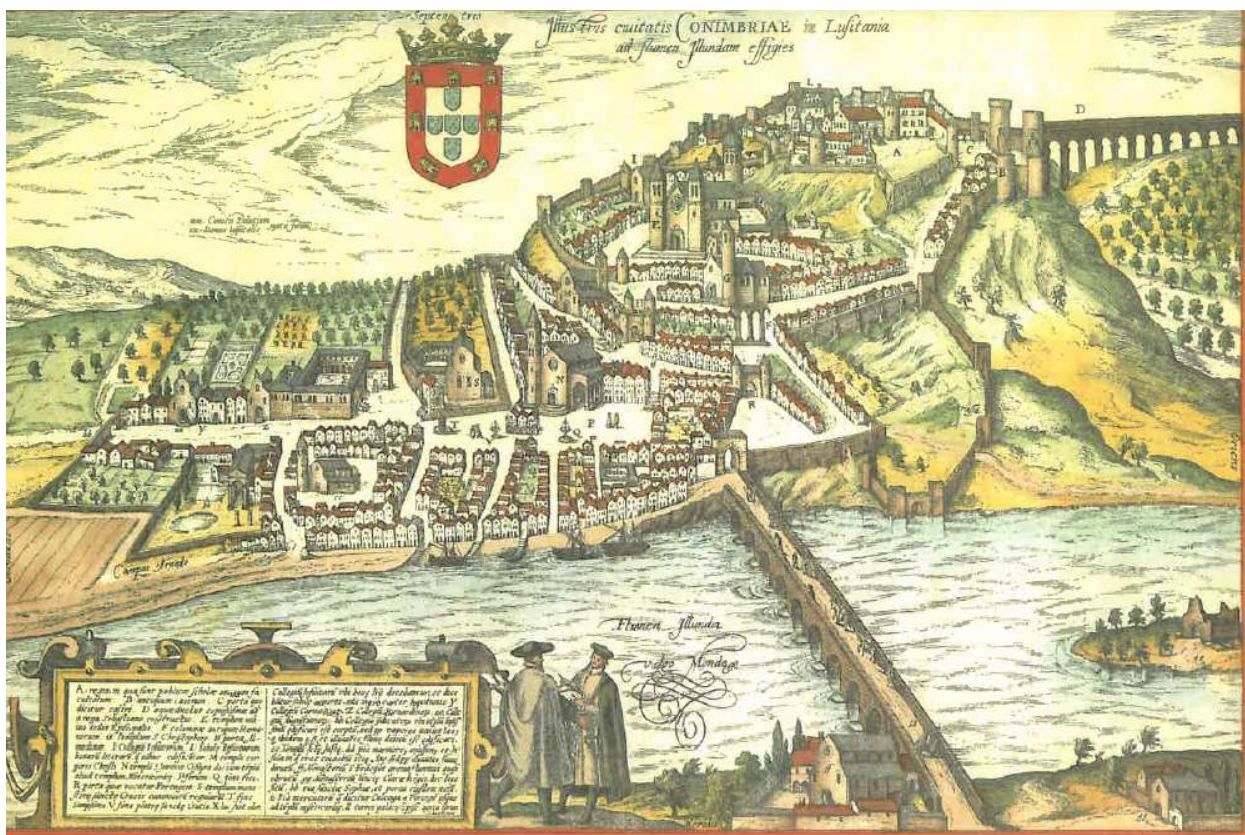


Fig. 2 - Coimbra no séc. XVI. Água-forte atribuída a Georg Braun. Publicada na obra “Civitas Orbis Terrarum” 5º Volume, Colónia, 1599. Estampa n.º 1.

A ordem religiosa foi fundada por S. Francisco de Assis baseada na obediência, castidade e pobreza (Lopes, 1998:9-10), trajavam burel de cor cinzenta ou escura, com corda de nós à cintura e sandálias de couro nos pés. A anuência desta ordem, embora que provisoriamente, surgiu em 1215 pelo Papa Inocêncio III e só em 1223 foi definitiva pelo Papa Honório III.

A edificação do primeiro convento português é incerta, mas a probabilidade indica ter sido construído em Bragança no ano de 1214 por S. Francisco (Lopes, 1998:11). Em Coimbra a comunidade franciscana instalou-se em 1218 na ermida de Santo Antão. No entanto, a distância dificultava o acompanhamento da população e o desagrado foi surgindo. O Infante D. Pedro na sequência do seu regresso a Portugal no ano de 1247 ouviu relatos dos frades de descontentamento e providenciou o início da fundamentação de um convento para os franciscanos. O primitivo convento denominado por S. Francisco da Ponte data do séc. XIII, com início de construção datado entre 1247/48. Fundado pelo Infante D. Pedro dando continuação à obra de D. Constança Sanches, filhos de D. Sancho I. e D. Constança Sanches veio a falecer em 1269, sem que tenha terminado esta missão. Deixou em testamento dinheiro para a sua continuidade, não se sabendo ao certo a data da sua conclusão (Lopes, 1998:13-14). No ano de 1317 existem registos de doações para a sua igreja (Correia e Gonçalves, 1947: 90). A igreja foi sagrada por D. Vasco, arcebispo de Toledo, em 20 de fevereiro de 1362 (Correia e Gonçalves, 1947: 90; Santos, 1997:12; Lopes, 1998:15). O edifício é rico pelas relevâncias históricas das cortes, de guerra, que aí decorreram. No entanto, apesar de ter sido construído sobranceiro ao rio Mondego a sua localização nas proximidades deste e as consecutivas subidas do seu leito provocaram inundações e assoreamentos, contribuindo fortemente para o aumento das dificuldades habitacionais do espaço (Lopes, 1998:15-16). O propósito para justificar a falta de condições de habitação do edifício teve início em 1506 através de uma Bula do Papa Júlio II para el-rei D. Manuel com autorização para a mudança para outro local (Pereira, 1853 *in* Lopes, 1998:17). É no séc. XVI, mais propriamente no ano de 1594, que acabou por ser abandonado definitivamente. Relativamente ao edifício primitivo ressalva-se a avaliação efetuada no ano de 1610 ao que restava, com registo da presença da capela-mor e duas laterais, assim como o cruzeiro e os dois campanários (Ayres de Campos 1867 *in* Lopes, 1998:18). Apesar de devoluto, o antigo edifício ainda foi arrendado em 1639 a António Pires pelo período de dois anos, tendo sido destruído definitivamente no ano de 1641 (Santos, 1997:12; Lopes, 1998:17-18).

Na sequência da aprovação de terreno pela sessão camarária datada de 17 de junho de 1600 (*Vereações*, Liv. XXX, 1599-1600, fol.92 *in* Santos, 1997:19) e conforme se encontra registado nas portas da igreja através da inscrição: “/em 2 de maio de 1602 se lançou./a primeira pedra neste edifício” (Correia e Gonçalves, 1947; Lopes, 1998) deu-se início à construção do novo edifício, na atual Calçada de Santa Isabel da freguesia de Santa Clara (fig. 1). Este novo convento foi construído um pouco acima do primitivo, ou seja, no sopé do Monte da Esperança. Vergílio Correia e Nogueira

Gonçalves, 1947 referem que o convento foi construído através do recurso a esmolas, e material do antigo. A concessão do privilégio de pedir esmolas para a construção do convento entre 1602 e 1623 fundamenta-se pelos alvarás camarários emitidos (Registo, *Tomo 10*, fasc. II, pg 189 *in* Santos, 1997:20). O lançamento da 1ª pedra foi efetuada pelo Bispo Conde Afonso de Castelo Branco (Santos, 1997). A 29 de novembro de 1609 os franciscanos ocuparam o convento, apesar das obras se prolongarem até finais do mesmo século. O convento de construção modesta com traça maneirista teve como mestre de obras, Isidro Manuel (Ayres de Campo, 1867 *in* Lopes, 1998:24). Apresenta planta longitudinal constituída por igreja, sacristia, portaria, dormitório, claustro, sala do capítulo, dispensa, cozinha, anterefeitório e lavabo, refeitório, biblioteca e oficinas (Lopes, 1998:24). A igreja localiza-se a Sul do edifício conventual. Apresenta fachada simples de pilastras com cinco panos de parede e três registos divididos por cornijas arquivadas, com o pano central mais largo e alto. A fachada possui frontão triangular com nicho para a imagem de N. Sra. da Conceição. Sobre plintos laterais colocaram duas imagens, a da esquerda de S. Francisco e à direita Sto António, e com torre sineira. Lateralmente acedia-se ao espaço através de escadarias (Lopes, 1998).

A igreja e todo o espaço conventual sofreram ao longo dos anos alterações, ampliações e reestruturações a nível do edificado e da sua função. Também o novo edifício se caracteriza a nível da história, arquitectura e utilidade. Se, inicialmente se destinou ao culto dos franciscanos e população, a extinção das ordens religiosas no ano de 1834 contribuiu para o seu abandono, pilhagem, refúgio em tempo de guerra e posteriores ocupações de fábricas, e local de realização de eventos culturais da cidade de Coimbra.

No dia 5 de janeiro de 1659 foi instituída a Ordem Terceira no Convento de S. Francisco da Ponte com a eleição do seu primeiro Definitório, apesar do início de funções ter ocorrido apenas a 2 de fevereiro de 1660 após a aprovação pelo Superior Provincial de Portugal, Frei Manuel da Esperança. Na sequência da necessidade de um espaço para oração dos irmãos Terceiros os franciscanos atribuíram-lhes a 1ª capela do lado do Evangelho (Santos, 1997:20) designada como capela dos Stos Mártires (Lopes, 1998). A presença desta ordem, no mesmo espaço da igreja do convento, levou a que se processassem transformações na propriedade e na própria igreja dos franciscanos. Por volta de 1739 por necessidade de um espaço mais recolhido na igreja, os frades atribuem a última capela da igreja, a de invocação a S. Pascoal, aos Terceiros. Estes, nesse mesmo ano, iniciaram a construção da Casa de Despacho em terrenos anexos e a adaptação da própria capela, de N. Sra. da Conceição. A inauguração do espaço decorreu no ano de 1743. As referidas obras de alargamento

desta capela lateral resultaram das necessidades crescentes do culto da Ordem Terceira, com cedência de um terreno baldio nas traseiras para as obras, pela Autarquia (Lopes, 1998). O acesso à capela de N. Sra. da Conceição fazia-se pelo interior da igreja, constituindo este facto, o motivo para muita discórdia. Ao longo dos anos as questões de propriedade e independência dos espaços vão surgindo.

No ano de 1755 na sequência do terramoto, devido à destruição a nível do frontispício e telhados foram realizadas obras e alterações do edificado, (Santos, 1997). As obras permitiram também a implementação da tribuna nos finais dos anos sessenta do séc. XVIII. Na capela mor, atualmente, são visíveis restos de pilastras que definiam o seu limite. A sua destruição poderá justificar-se então pelas *“obras de implementação da tribuna (post-coro) que levaram à destruição daquela parede...”* (Santos, 1997:30). Na sequência destas obras de implementação da tribuna resolveram-se dois problemas, ou seja, a criação deste espaço no interior da igreja e o suporte da escarpa que *“colocando o volume de construção sobre um túnel, para permitir assim manter a ligação com espaço a Sul da igreja...”* (Santos, 1997:34). Na mesma sequência de alterações foi construído um muro de divisão de propriedade do Convento e o espaço da Ordem Terceira (Santos, 1997:34).

No ano de 1785 devido a conflitos com os frades, a Ordem Terceira abandona o espaço da capela de N. Sra da Conceição, para a igreja de S. Cristóvão e posteriormente para a Sé Velha, tendo regressado à capela no ano de 1816. A independência, em termos de acessibilidades, da capela de forma efetiva, verificou-se em 1828 com a criação da acessibilidade exterior, com a colocação de uma porta, no exterior da capela. E a independência em termos de gestão terá ocorrido face à extinção das ordens religiosas. No ano de 1837 a Ordem muda-se novamente, agora para a igreja do Colégio de Nossa Senhora do Carmo, na Rua da Sofia, continuando a gerir a capela de N. Sra. da Conceição. Atualmente a capela possui azulejos de fabrico coimbrão e lisboeta com ilustração da vida de S. Francisco. O retábulo principal caracteriza o rococó de Coimbra da responsabilidade de Gaspar Ferreira no ano de 1751. A fachada apresenta uma porta de frontão curvo interrompido com dois janelões laterais (Correia e Gonçalves, 1947; Borges, 1987; Dias, 1995; Lopes, 1998).

Segundo o arquiteto Pedro Santos (1997) corroborado pela historiadora Sandra Lopes (1998) a presença das tropas das invasões francesas que ocuparam o edifício conventual, terá permitido e contribuído para a pilhagem e destruição de grande parte do edifício (consultar os inventários de

1812 in Santos, 1997:22). Todas estas situações vão contribuindo para a descrença religiosa (*O Conimbricense*, nº 4461, 3 de junho de 1890 in Santos, 1997:22).

Na sequência da extinção das ordens religiosas em 1834 os frades abandonam o espaço. Em 5 de maio de 1842 o edifício é vendido por 4410\$00 reis a José Mello Soares de Albergaria, mas mantém-se o culto na igreja. A 20 de novembro de 1854, através da reestruturação da organização territorial e administrativa da cidade foi criada a nova freguesia de Santa Clara de 1854 a 1872 a igreja passou para sede da freguesia de Santa Clara (Correia e Gonçalves, 1947:90). “... *no subúrbio de Coimbra, que compreende todos os fogos e os terrenos ao Sul do Mondego e que pertenciam às freguesias da cidade; tem por limites o rio e os limites das freguesias circunvizinhas. Forma-se de 289 fogos. A igreja de São Francisco da Ponte destina-se à sede da nova freguesia, tendo por padroeiro o mesmo santo*” (Anais do Município de Coimbra, 1840-1869, Biblioteca Municipal de Coimbra in Santos, 1997:23). No ano de 1872 a igreja do Convento de S. Francisco deixa de ser sede de freguesia, passando esta função para a capela de N. Sra. da Esperança, esta localizada sobranceira ao Mosteiro de Santa Clara a Nova.

Relativamente à história do edifício importa continuar a perceber as sucessivas ocupações para o culto, para as fábricas e para os eventos culturais.

Em 1875 a igreja é desafeta do convento, e neste é instalada a fábrica de massas alimentícias por José Vitorino Botelho de Miranda (Jesus, 1997). Neste mesmo ano os párocos de S. Bartolomeu e Santa Clara participam a ordem superior de profanação do extinto Convento de S. Francisco e solicitam o destino de um espaço na cerca do espaço conventual para que sejam novamente depositadas as ossadas existentes dentro da igreja e dos claustros. Apesar de na cerca, junto ao convento existir referência a uma capela, que segundo indicação de Correia e Gonçalves (1947:91) teria na “*entrada, dentro dum triângulo, o seguinte letreiro: O. A. / S. I. BT /. 1624.*” com provável oratório a S. João Batista, o espaço de deposição destas ossadas ainda não foi confirmado nos trabalhos que decorrem até ao momento na empreitada do Convento S. Francisco, pela empresa de arqueologia Dryas.

No ano de 1884 o edifício conventual pertencia a José Lopes Guimarães que possuía grandes armazéns de vinho (Santos, 1997). E em 1888 a fábrica de lanifícios de Santa Clara, Peig, Planas e C<sup>a</sup> ocupa o convento por quase um século, provocando alterações profundas no convento (consultar relatórios arqueológicos) e algumas alterações na igreja. Esta fábrica deixou de laborar no ano de

1976 (Lopes, 1998), tendo sido declarada falência em abril de 1985 (Santos, 1997). No ano de 1995 a Câmara Municipal compra o espaço do convento para desenvolver um projeto para um centro de congressos, salas de exposições e estacionamento, e a igreja passa entretanto para a Diocese de Coimbra. Esta inicia um projeto de requalificação do espaço da igreja para realização de culto, mas no ano de 2011/2012 a igreja é cedida à Autarquia. A continuidade de um projeto de recuperação da igreja urge e a intervenção arqueológica para avaliação do impacto patrimonial caracterização arqueo-patrimonial é uma necessidade com a realização prévia de sondagens arqueológicas de diagnóstico, e a definição de um projeto final para o espaço.

As sucessivas ocupações do espaço, conventual com particular destaque para a igreja, pelo culto religioso com inumações na igreja e adro, terramoto de 1755, acréscimo da tribuna, a presença fabril, e a realização de vários eventos culturais, provocaram alterações nos espaços, conforme foi enunciado anteriormente. Assim, a nível da igreja, essas alterações mais significativas foram do ponto de vista estrutural. Verificou-se um alargamento de um portão de acesso ao pátio exterior para acessibilidade às dependências da fábrica, localizado na zona da rampa atual, e perfurações nas cantarias e alvenaria para implementação de suportes de iluminação para a realização dos eventos culturais. Na análise dos espaço, desenvolvida entre os anos de 2011 e 2012, registou-se a presença de algumas dessas estruturas metálicas para suporte de sistemas de iluminação artificial, estruturas de madeira e aplicação de toutvenant no chão, com posterior colocação de passadeiras em todo o espaço interior da igreja (figs. 3 e 4). Ao longo do pavimento lateral nas capelas verificou-se pontualmente a existência de pavimento de calçada e lajes de calcário.

A igreja a nível do interior possui três capelas de cada lado sobrepostas de galerias com janelas. Do lado do Evangelho (lado esquerdo de frente para o altar mor) existem as capelas, no sentido da entrada para o altar mor, de S. Pascoal<sup>2</sup>, Sto António, N. Sra. da Conceição e a dos Stos Mártires. Do lado da epístola (lado direito de frente para o altar mor) existem as capelas, no mesmo sentido, uma área que não é capela de devoção, por ter sido inicialmente a zona de passagem entre o convento e a igreja, de forma a evitar passar pelo nartex, a capela de Sto de Cristo, da Sagrada Família e a de N. Sra. da Piedade. Na nave central da igreja existe ainda referência a cruzeiro junto à capela-mor e um coro alto, na zona. O coro alto localiza-se sobre o nartex com ligação direta aos dormitórios do convento, e surge devido à quantidade de frades que deveriam ocupar espaço próprio. No período industrial o espaço foi transformado na área onde foram instaladas as urdideiras e outras tarefas

relacionadas com o tratamento dos fios para a tecelagem (Santos, 1997). Existiria ainda o espaço que antecede o coro alto e os dormitórios designado por antecoro (consultar plantas em Santos, 1997 e Lopes, 1998). Algumas capelas da igreja apresentam azulejos de padrões característicos do séc. XVII e frescos. Na entrada existe o nartex, zona de acesso à igreja e à portaria do convento. Neste espaço, segundo Pedro Santos (1997:29) foram registadas sepulturas no 1º quartel de setecentos. A portaria e a sala de apoio, que serviria de cartório, constituem espaços da igreja.



Fig. 3 e 4 - Igreja com suportes metálicos, palco e passadeiras. IgCSF.12.

Relativamente ao imóvel importa ressaltar a existência de um cruzeiro do séc. XVII no adro da igreja, que teria sido incluído na entrada da fábrica devido à alteração do trajeto da rua (Correia e Gonçalves, 1947:90). Posteriormente, segundo informação oral proferida pelo Eng.º Pedro Meunier, filho de um dos proprietários da fábrica Peig, Planas e C<sup>a</sup>, o cruzeiro foi deslocado para junto da habitação dos proprietários que se localizava na cerca conventual. Atualmente encontra-se numa quinta da família na localidade da Geria, Coimbra.

<sup>2</sup> Esta capela consiste na atual Capela de N. Sra. da Conceição a ser gerida pela Ordem Terceira.



Na zona da cerca do convento, junto à igreja e nas traseiras da capela de N. Sra. da Conceição existe “*um campanário baixo, rústico, para serviço desta*” (Correia e Gonçalves, 1947:91). Este campanário apresentava em 1947 dois sinos que segundo os autores poderiam pertencer ao convento, o de tamanho maior teria sido mandado construir no ano de 1544, logo poderia ter vindo do convento primitivo, e o outro mais pequeno data de 1800. Os sinos nas visitas efetuadas nos anos de 2011 e 2012 já não se encontravam *in situ*.

Ao longo da pesquisa de dados históricos relativos ao imóvel e da importância da valorização do património, considera-se de todo o interesse ressaltar a reflexão deixada pelo arquiteto Pedro Santos “*Do passado em todo este século dezanove, ocorre-me o seguinte: o País era sem dúvida algum país ignorante, no tocante às artes. Mesmo os eruditos e construtores da opinião pública – vulgo Jornalistas – demonstravam nos seus escritos e intervenções públicas um total alheamento do valor do património. Com efeito, perante uma sociedade decaída, com graves problemas sociais, somente apoiados num forte conhecimento do valor patrimonial se poderia ter travado o processo destrutivo, para o qual muito contribuiu o movimento industrial e demais implementações de outras tantas finalidades programáticas que pouco e pouco foram descaracterizando o nosso património e assim apagando muitas páginas e imagens da nossa história da arte e da arquitetura. Para a história ficaram puzzles com peças perdidas que terão de ser concebidas de novo mas fica, sobretudo, a lição que serve de aviso para os presentes intervenientes do património, relativamente às consequências das intervenções sem estudos e registos das realidades anteriores e sem a compreensão e respeito pelos espaços de valor único e muitas vezes irrecuperáveis.*” (Santos, 1997:24).

Assim no ano de 2012 o Município de Coimbra com intuito de dar continuidade ao projeto para a requalificação do espaço da igreja necessitava da realização de trabalhos prévios no imóvel, conforme parecer emitido pela DRCC. Os trabalhos arqueológicos integram-se no âmbito da arqueologia preventiva, uma vez que incide num edifício religioso, a Igreja do Convento de S. Francisco, inserido na ZEP do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, classificado como Monumento Nacional desde 1910, conforme acima referido.

A equipa de arqueologia do GCH da Autarquia de Coimbra, Raquel Santos (arqueóloga responsável), Carmen Pereira (antropóloga responsável) com o auxílio da arqueóloga Joana Garcia, e assistentes operacionais afetos ao GCH e DVEP realizou no ano de 2012 os trabalhos de

sondagens de diagnóstico na igreja do Convento de S. Francisco, figs. 5 e 6. Estes trabalhos já foram objeto de relatório preliminar<sup>3</sup>, devidamente aprovado pelas entidades competentes, e artigo de divulgação na web<sup>4</sup>.



Fig. 5 - Trabalhos de diagnóstico na igreja. IgCSF.12.

<sup>3</sup> O relatório preliminar em causa encontra-se disponível no GCH – Grupo de Arqueologia para consulta.

<sup>4</sup>Diário Virtual do GCH - <http://gch.cm-coimbra.pt/2012/06/08/relatorio-preliminar-arqueologico-antropologico-igreja-do-convento-de-s-francisco-coimbra/artigo-de-divulgacao-do-relatorio-preliminar-arqueologico-e-antropologico-das-sondagens-de-diagnostico-igcsf-12-2/>

Sítio da Câmara - [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1852&Itemid=698](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1852&Itemid=698)



Fig. 6 - Trabalhos de diagnóstico no nartex da igreja. IgCSF.12.

O decurso dos trabalhos foi ainda objeto de várias visitas ao local de forma a permitir uma interligação de conhecimentos e a compreensão do espaço sagrado e fabril que ocuparam o imóvel desde o séc. XVII até ao séc. XX. Estas visitas aos trabalhos arqueológicos possibilitam e continuam a permitir uma dinamização e divulgação da Arqueologia. Foi realizado um relatório referente a estas visitas com compilação da apreensão de conhecimentos<sup>5</sup>. A intervenção arqueológica de diagnóstico revelou vestígios relacionados com a igreja, com a presença fabril e dos eventos culturais no espaço através de estruturas e de materiais exumados aquando da escavação. O revolvimento das terras é visível por toda a área da igreja e pela fragmentação do material osteológico humano e fauna, presença de murtalha, solas de sapato, adornos em arame, anéis em vidro, moedas, relicário, alfinetes, pregos, cerâmicas domésticas e de construção, molde em gesso, materiais em ferro, entre outros. Para este efeito sugere-se a consulta do relatório preliminar devidamente aprovado. Esta avaliação através da realização de sondagens de diagnóstico permite a

<sup>5</sup> O relatório em causa encontra-se disponível no GCH – Grupo de Arqueologia para consulta.

análise do património no contexto da ocupação do espaço, sendo de extrema importância a interpretação arqueológica e antropológica dos achados. Do ponto de vista da arqueologia será importante a análise de cada peça recolhida, sendo que o relatório preliminar apresenta um sumário.

O revolvimento do material osteológico, constatado ao longo de todas as sondagens, poderá resultar da profanação declarada no ano de 1875 e das várias ocupações do espaço. O arquiteto Pedro Santos (1997:23) refere que os párcos de S. Bartolomeu e Santa Clara participam a ordem superior de profanação do extinto Convento de S. Francisco e solicitam o destino de um local na cerca do convento, para serem sepultadas as ossadas provenientes de dentro da igreja e claustros. Este espaço na área da cerca ainda não foi registado pela empresa que desenvolve os trabalhos na zona do convento. Ao longo dos trabalhos de escavação não se verificou qualquer indivíduo, ou até mesmo, conjunto de ossos em conexão, na igreja, à exceção da Sond. 8 (Sep. 14) do nartex, onde foi registada a presença de um indivíduo. Verifica-se, no entanto, que os ossos, no geral, resultam de inumações primárias. Esta justificação fundamenta-se pela presença de falanges terminais, dentes, pois *“Define-se como deposição primária a que se refere ao local em que os restos humanos foram depositados logo após a morte do indivíduo (quer seja inumação, cremação, deposição de superfície ou outra). Assim, as transformações sofridas pelos restos humanos sob análise serão, necessariamente, resultantes das transformações pós-deposicionais, e não de uma ação do próprio ritual funerário.”* (Duarte, 2003: 266).

A inumação dentro da igreja e adro caracteriza-se historicamente de forma fundamentada do período de 1666 até 1866, através do registo das primeiras sepulturas e os últimos registos paroquiais de óbitos. Assim, a presença do espólio osteológico humano na zona da igreja e do adro, é então, corroborada pela informação disponibilizada pelo arquiteto Pedro Santos que data as primeiras sepulturas do espaço da igreja no ano de 1666 (*Os Terceiros Franciscanos Portugueses, Sete séculos da sua História* (...) P. Bartolomeu Ribeiro, Braga, 1952 in Santos: 1997:20), pela afirmação que a localiza na zona da entrada do convento junto à capela lateral que outrora fora cedida à Ordem Terceira, a Capela de N. Sra. da Conceição, *“parte do cruzeiro fronteiro a esta para sepultar os irmãos da Ordem”* (Lopes, 1998:49) e pelas sondagens efetuadas pela empresa Munis no ano de 2010 (Ginja e Ginja, 2010) com registo de presença de ossos humanos. As sepulturas na zona do nartex e as inumações realizadas no adro, as primeiras indiciam registos de que já existiam no 1º quartel de setecentos (Santos, 1997:29), sendo os dois factores corroborados nos registos paroquiais

de óbitos do período de 1855 a 1866<sup>6</sup>. Relativamente à confirmação de dados referentes à identificação das pessoas sepultadas neste espaço, foram consultados os registos paroquiais e outras fontes bibliográficas no Arquivo Histórico, Bibliotecas da Universidade de Coimbra e web. Efetuou-se também uma correlação com a história de epidemias da época. Ressalva-se que estes registos não apresentam a disposição exacta da inumação das pessoas, mas sim a localização no interior, nartex e adro da igreja.

A importância e relevância da análise dos registos paroquiais resultam na interligação de factos e informações acerca do espaço em estudo. Estes registos também foram considerados e correlacionados na análise abrangente dos resultados. Para a freguesia de Santa Clara, antigamente denominada de S. Francisco existem apenas registos paroquiais de óbitos relativos ao período correspondente entre 1855 e 1911. Estes registos paroquiais encontram-se acessíveis para consulta no Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra - AHUC e *on line*<sup>7</sup>. No AHUC existem apenas registos paroquiais da freguesia de Santa Clara, anteriormente designada por S. Francisco, datados de 1855 a 1910<sup>8</sup>. Segundo informação destes serviços não existem mais registos. Toda a informação poderá ter desaparecido. A pesquisa do Arquivo da Torre do Tombo através da web <http://antt.dgarq.gov.pt/> também não apresenta registos paroquiais desta freguesia. Assim, analisaram-se todos os registos existentes no AHUC referentes a esta freguesia datados do período de 1855 a 1910, “*Tendo em conta a Estatística Parochial esta freguesia foi criada em 1855. De 1864 a 1882, os assentos são lançados nos livros de registo como pertencendo à freguesia de São Francisco da Ponte, designação por que também ficou conhecida.*”<sup>9</sup>. Estes dados foram ainda correlacionados com factos de interpretação a nível demográfica, económico-social e de saúde da população portuguesa, tendo o período de ocupação da igreja o ponto essencial para análise.

A fase de investigação de registos escritos e cartográficos acerca da ocupação do espaço, assim como a pesquisa de eventuais registos paroquiais para interpretação das pessoas que possam ter sido inumadas neste espaço, revelou que mesmo após a extinção das ordens religiosas, no ano de 1834; a apresentação do Decreto datado de 1835 de 21 de setembro – Diário do Governo nº 226; e a Portaria de 8 de outubro do mesmo ano, a determinar a criação de cemitérios públicos; e o Regulamento para os municípios portugueses construírem esses espaços de inumação, “... *o uso de Cemitérios tenha*

<sup>6</sup> Existem apenas registos neste espaço neste período indicado.

<sup>7</sup> [http://www.uc.pt/auc/fundos/f\\_par\\_Coimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/f_par_Coimbra) (acedido em Nov. 2012).

<sup>8</sup> [http://www.uc.pt/auc/fundos/f\\_par\\_Coimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/f_par_Coimbra) (acedido em Nov. 2012).

<sup>9</sup> <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33797&searchMode=as> (acedido em Nov. 2012).

sido instaurado entre nós por decreto de 21.09.1835 e regulamentado a 4 de outubro do mesmo ano” (Duarte, 2003: 279), a inumação neste espaço se manteve e decorreu até ao ano de 1866, conforme os registos paroquiais de óbitos da freguesia de Santa Clara. Nos registos dos óbitos verifica-se um hiato temporal dos anos de 1895 a 1989. No entanto, o período relevante para este estudo compreende-se entre 1855 e 1866, com indicação de inumações neste espaço, no interior da igreja, nartex e adro.

O 1º registo que existe data, então, de 15 de dezembro de 1855 de D. Maria da Victoria Ozorio Cabral de Menezes de 14 anos de idade foi sepultada na capela dos Terceiros (fig. 7).

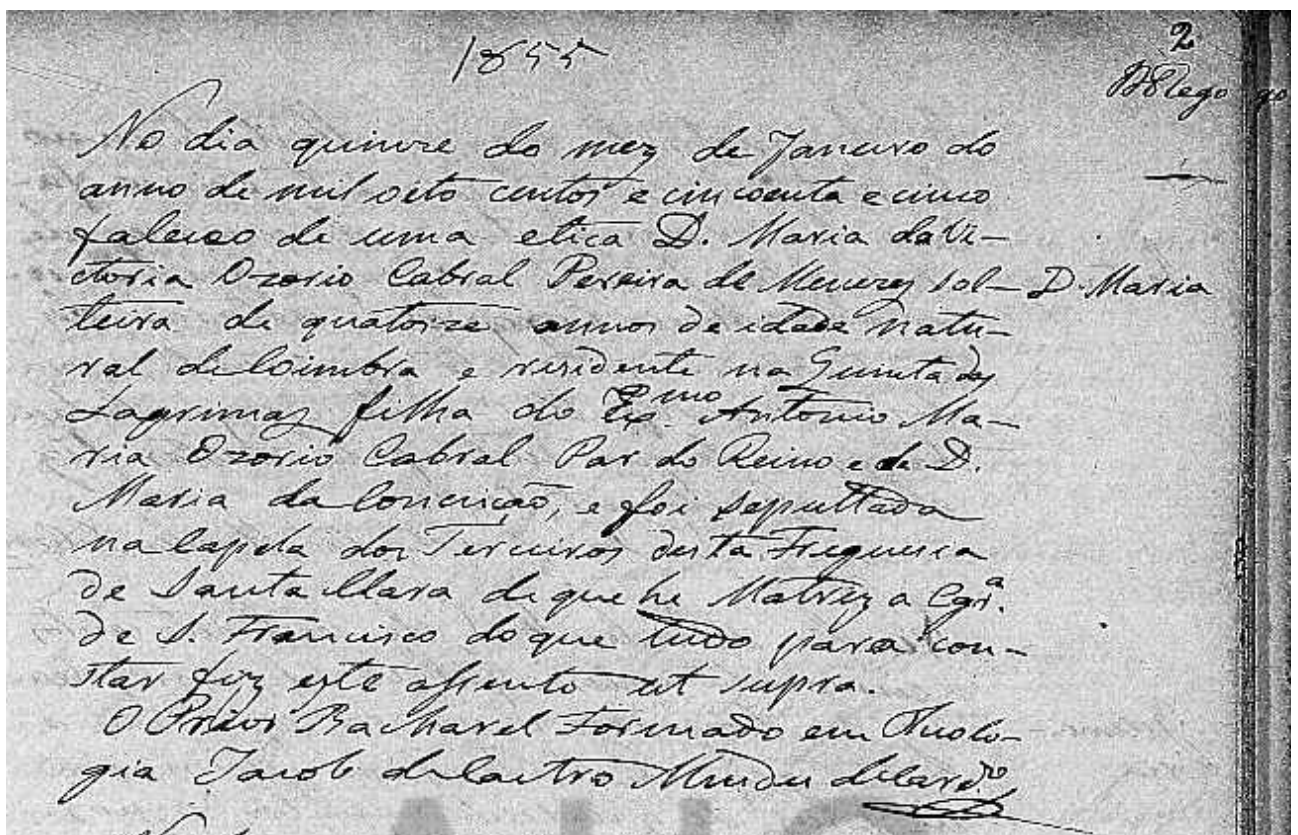


Fig. 7 - 1º registo de óbito da freguesia de Santa Clara datado de 15 de janeiro de 1855 (CBR16-004-0001\_m0002.TIF in <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33802&searchMode=as#a1> acessado em Nov. 2012).

Ressalva-se no entanto, que face ao objetivo de cada investigação, a consulta dos registos paroquiais das outras freguesias é também importante para a interpretação e correlação de dados de forma mais completa.

Relativamente à relevância dos registos paroquiais, com particular destaque os de óbitos, da freguesia de Santa Clara do período compreendido entre 1855 e 1866, destaca-se que a numeração

dos assentos de óbito da Igreja de S. Francisco se iniciou a 7 de fevereiro de 1860 com o nº 1. Ressalva-se ainda que a partir de julho/agosto de 1857 deixa de existir registo de causa de morte e alguma confusão nos registos do mês de agosto (parece existir uma remodelação de dados a registar). A causa de morte em alguns casos após esta data seguia a denominação ´ faleceu da vida `.

Assim, no cômputo geral, percebe-se que a ocupação da igreja como espaço de inumação dos seus mortos terá ocorrido entre o ano de 1666 e 1866, os registos paroquiais analisados para o efeito permitiram datar o último enterramento neste espaço. A data de 12 de dezembro de 1866 reflete o último registo paroquial remetido para esta igreja, com assento nº 15 - José Francisco casado com Thereza de Jesus, de 58 anos, tratador de gado de profissão, fig. 8, pois o 1º registo paroquial referente a óbito do ano seguinte, de 1867, data de 5 de março já refere o Cemitério da Conchada como local de inumação<sup>10</sup>, dando continuidade aos registos neste cemitério e outros locais. Pois, ao longo dos registos datados de 1855 a 1866 existem alguns que referem o enterramento em vários locais, como a Capela de N. Sra da Graça, Capela do Bordalo, Capela de Cruz de Morouços, Capela dos Terceiros, o Cemitério da Conchada e o Cemitério de Santo António dos Olivais. A título de exemplo, para uma melhor elucidação, pode ser consultado o assento nº 25 do ano de 1864.

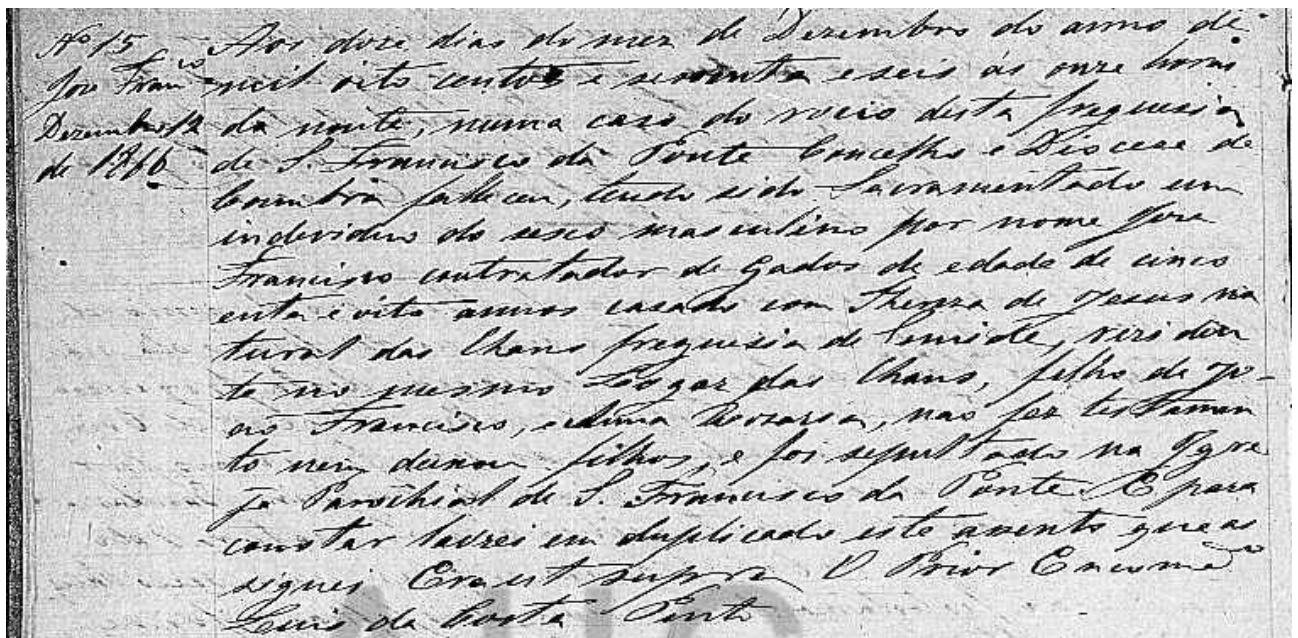


Fig. 8 - Último registo de óbito da freguesia de Santa Clara datado de 12 de dezembro de 1866 (CBR16-004-0005\_m0005.TIF in <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33803&searchMode=as#a> l acessido em Nov. 2012).

<sup>10</sup> <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33804&searchMode=as> (acedido em Nov. 2012).

Justificando-se a presença dos ossos e o seu revolvimento, interessa perceber o intervalo de idades que apresentam no campo da história e da epidemiologia. Teresa Rodrigues (2004b:43) defende que *“Os centros urbanos eram locais onde se nascia e se morria mais cedo e com maior intensidade. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação paroquial coeva vitimavam crianças com menos de 10 anos, principais afectadas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio. No entanto, nesses locais a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, numa época em que a informação passava lentamente e por via oral.”* A autora defende ainda que (2004b:56) a gravidez era considerada de algum perigo dadas as probabilidades de morte devido a complicações antes e durante ou logo após o parto. Os recursos eram poucos a nível da medicina que se reflete na sobre mortalidade feminina, bem como no recém-nascido. Salvaguarda-se a questão económico-social de que nas cidades e vilas os partos assistidos fossem mais elevados, e nos campos tendem a manter ou reduzir. Os livros de óbito, apesar do subregisto de crianças mortas antes do batismo, consistem na base de fundamento. Daí terem sido analisados os registos paroquiais de óbitos. A referência a batismos realizados à pressa, provém da ideia e receio de ver morrer a criança e testemunha o perigo que rodeava o parto. Parte substancial das cerimónias efetuadas na igreja são na realidade de "exorcismo e catecismo", forma como eram designados no séc. XVI os atos que se limitavam à imposição dos santos óleos após um primeiro batismo, realizado em casa. Tal como o casamento, a cerimónia de imposição dos santos óleos realizava-se sobretudo ao domingo, ao sábado e às 5ª e 6ª feiras (Rodrigues e Reis, 1989: 302.) Nos registos paroquiais referentes a óbitos deste estudo, destaca-se um assento de 10 de fevereiro de 1858 em que foi sepultado um inocente que poucas horas antes tinha sido batizado em casa.

A presença de material osteológico humano de adulto e não adulto reflete a preocupação no ritual funerário dos mortos. Os não adultos segundo a igreja também têm direito a um ritual digno, independentemente de serem batizados ou não, com uma zona específica da igreja para serem sepultados. A presença de não adultos justifica-se pelo facto de todas as crianças, independentemente da idade, batizadas ou não, terem direito à dignidade de um ritual funerário com local próprio na igreja. Apesar das referências bibliográficas indicarem a presença de frades sepultados na zona do cruzeiro, existem factos de que a população também o seria. Este fundamenta-se pela análise dos registos paroquiais da freguesia de Santa Clara. Assim, após a análise completa destes registos de óbitos, apresentam-se apenas alguns exemplos de enterramentos de crianças e adultos para elucidar este caso. No ano de 1855 no dia 4 de setembro foi sepultada a



Maria das Dores com 1 ano e meio; no dia 21 de maio foi enterrado o Augusto de 16 meses de idade filho de José Rodrigues e Rita Maria; no dia 24 de maio foi enterrado o Adelino de 3 meses filho de Bernardo das Neves e Maria da Conceição. Em 1856 a 25 de março foi enterrado o Joaquim de 1 ano e meio de idade filho de Carlos Correia e Gertrudes Joaquim; a 17 de agosto a Carolina de 13 meses filha de Joaquim Simões e Maria Emília; a 19 de agosto a Guilhermina de 19 meses de idade filha de Joaquim Maria Gonçalves e Josefa Maria; a 25 de novembro deste ano faleceu Rosa filha de José Ignácio e Joana da Encarnação de etnia cigana devido a uma constipação e foi sepultada na igreja de S. Francisco. Em 1857 a 2 de junho faleceu José de 3 anos de idade, filho de Manuel Carvalho e Thereza. Em 1864 o assento nº 23 de 24 de novembro refere o enterramento de Maria de 15 meses de pai incógnito e Maria Betta. No ano de 1865 o assento nº 2 de 13 de janeiro faleceu o Alfredo de 12 meses exposto na roda desta cidade cujos pais se ignoram. No ano de 1866 registou-se por exemplo no assento nº 6 de 6 de abril o José com 15 dias de vida filho de Francisco Pedro de Jesus e Maria Carolina; o assento nº 10 de 17 de julho refere que foi sepultada a Maria de 12 dias de vida filha de António José e Bernarda Joaquina.

Relativamente a adultos apresentam-se também alguns exemplos, no ano de 1855 no dia 2 de outubro com 58 anos faleceu António da Ressurreição casado com Antónia; a 5 de Outubro foi sepultado José Pessoa com 33 anos casado com Maria Justina; a 8 de dezembro D. Rita do Patrocínio Ozório Cabral de 59 anos solteira. No ano de 1856 foi sepultado a 26 de agosto Bernardo Simões de 60 anos; a 30 de agosto foi enterrado Joaquim da Costa de 58 anos casado com Fortunata Maria. Em 1857 a 3 de maio faleceu Maria da Conceição octogenária. No ano de 1863 o assento nº 3 de 13 de fevereiro regista o enterramento de Ritta de 60 anos viúva de António Nunes.

Teresa Rodrigues (2004b:56/57) considera que a percentagem de nado mortos é ignorada e torna-se difícil de estimar o peso da mortalidade endógena, ou seja, a que ocorre até 1 semana após o nascimento, que se pode imputar a complicações pós-parto. A questão dos abortos espontâneo ou involuntário, cuja frequência era maior que a atual, afetando 1 em cada 4 conceções (Lebrun, 1983: 139) também não são consideradas. Os abortos podiam e podem ocorrer devido a múltiplas causas. No entanto, nestes tempos a mulher grávida continuava a trabalhar no campo, a transportar pesos, a deslocar-se e alimentar-se mal. A mortalidade infantil era muito elevada, atingindo cerca de um terço dos nascidos antes de completarem 1 ano de vida. Segundo Teresa Rodrigues (2004a: 11-29.) uma vez ultrapassada a fase crítica dos primeiros meses, os níveis mantinham-se altos mais alguns anos, pelo que apenas metade das crianças completava 7 anos. Depois a probabilidade de morte

diminuía, atingindo valores mínimos entre as idades de 10 e 15 anos. Relativamente à idade adulta, no sexo feminino a mortalidade subia de seguida, devido às complicações durante a gravidez e parto. Na eventual existência de conflitos bélicos, eram os homens nas idades correspondentes as principais vítimas. De qualquer modo, os elementos masculinos evidenciavam a partir dos 40 anos uma sobre mortalidade constante, aumentando a partir dessa idade as diferenças de género. A probabilidade de morte subia exponencialmente para todos após os 50 anos. Este modelo geral manter-se-á nas suas grandes linhas. Na amostra total do material osteológico humano verifica-se a presença de idade perinatal, não adultos e adultos.

Quanto às sepulturas existentes no nartex não existe data da sua construção, mas referência a registos da sua existência já no 1º quartel de setecentos. As sepulturas que se registaram na zona do nartex refletem estruturas organizadas e bem construídas e a abertura da Sond. 8, Sepultura 14 nas [804] e [805] possuíam também espólio osteológico humano de idade adulta e não adulta. Os registos paroquiais de óbitos da freguesia de Santa Clara, do período de 1855 a 1866 referentes às inumações neste espaço designado por alpendre, apresentaram alguns casos de relações familiares e individuais. A título de exemplo enunciam-se também alguns casos recolhidos dos registos paroquiais de óbitos. No ano de 1863 o assento nº 3 de 13 de fevereiro regista o enterramento de Ritta de 60 anos viúva de António Nunes, no alpendre. Tal como o assento nº 19 de 23 de setembro refere um mendigo com cerca de 50 anos sem dados conhecidos sepultado no alpendre de S. Francisco. No ano de 1864 o assento nº 23 de 24 de novembro refere o enterramento de Maria de 15 meses de idade filha de pai incógnito e Maria Betta, no alpendre. No ano de 1865, existem 2 registos muito particulares o assento nº 10 de 25 de maio do enterramento de Maria Victorina de 7 meses de idade, natural de Semide, filha de Francisco Carvalho e Maria, residentes em Parreiras, enterrada no alpendre da igreja. E o assento nº 14 de 4 de agosto em que refere o enterramento da mãe, Maria, de 26 anos casada com Francisco Carvalho, naturais de Semide residentes em Parreiras sepultada também no alpendre da igreja. Pressupõem-se que tenha sido inumada na mesma sepultura da filha. Apesar de não existirem as tampas sepulcrais que possam permitir averiguar qual seria. As 32 sepulturas não se encontram devidamente identificadas nos registos paroquiais, por famílias ou qualquer outra informação, e sem o acesso a possíveis tampas sepulcrais com registos, é difícil definir quais pertenceriam a que família. No interior da igreja, também se verifica alguma familiaridade, nos enterramentos. A título de exemplo, enuncia-se o enterramento datado de 5 de novembro de 1855 de Gertrudes Joaquina de 33 anos casada com Carlos Correia e mãe de Joaquim

que faleceu a 25 de março de 1856 com 1 ano e meio de vida. Existe ainda um registo que refere a inumação no plano superior da igreja de S. Francisco, datado do dia 1 de janeiro de 1856, de Marianna Antónia de Bastos viúva de António Afonso de Lima.

A referência às inumações no adro da igreja, também existe. No ano de 1859 verificam-se 5 registos seguidos a partir de 13 de outubro de inumações no adro da igreja. O assento nº 30 de 15 de janeiro de 1863 regista enterramento de José Miguel de 39 anos casado com Maria, sepultado no adro. Salvaguardando todas as inumações nas capelas e cemitérios enunciados anteriormente, que são de relevância para a investigação desses locais.

O factor económico que poderia induzir a uma importância e composição das estruturas sepulcrais tão imponentes como as do nartex, refuta-se pela existência do assento nº 19 de 23 de setembro de 1863 do mendigo com cerca de 50 anos sem dados conhecidos que foi sepultado no Alpendre de S. Francisco, e que não possuiria dinheiro para adquirir uma sepultura no nartex. Assim, a justificação para estas sepulturas e os seus destinatários não se encontra fundamentada, sendo local de inumação da população com e sem possibilidades económicas.

A análise dos registos paroquiais permite a obtenção de outro conjunto de dados de grande relevância para a análise das paleopatologias. Os registos paroquiais, para além das relações familiares importantes para a construção das genealogias, apresentam, ainda que de forma escassa alguns casos com apresentação da causa de morte. Alguns párocos mais cuidadosos referiam a causa de morte. Segundo Rodrigues (2004b:77) essa informação *“permite assinalar os grandes grupos de doenças mortíferas, onde a tísica, a maligna, as apoplexias e as febres indiscriminadas ocupam lugares cimeiros. Outras causas comuns eram as febres tifoides, as moléstias de peito e as inflamações agudas de certos órgãos. Os mais idosos (com 50 ou mais anos) eram vítimas de hidropisia, apoplexia, cancro, gangrena e inflamações. Nas crianças contavam-se como factores de maior letalidade as febres, o sarampo, as complicações na fase da dentição e as lombrigas, seguindo-se todo um conjunto de doenças maioritariamente contagiosas: escarlatina, também conhecida por febre vermelha, tosse convulsa, desinterias e diarreias.”*

Para este estudo foram analisados os registos paroquiais de óbito, mencionados anteriormente, e desenvolvida investigação da história das epidemias com particular destaque para o caso de Coimbra. Assim, apesar de a partir de julho/agosto de 1857 já não existir referência à causa de morte no registo paroquial, apresentam-se aqui apenas alguns exemplos que ajudam a fundamentar o

estudo paleoantropológico através da interpretação de diagnósticos diferenciais<sup>11</sup>. Várias foram as causas de morte mencionadas nesses registos, por exemplo a causa de morte por vermes encontra-se registada no assento de 4 de setembro de 1855 de Maria das Dores com 1 ano de meio. A diarreia no registo de 2 de outubro de 1855 de António da Ressurreição de 58 anos casado com Antónia. A cólera *morbus* encontra-se registada como causa de morte nos assentos de 4 de novembro de 1855 de João Pinto de 37 anos casado com Rosaria Maria; no registo de 5 de novembro de 1855 de Gertrudes Joaquina de 33 anos casada com Carlos Correia e mãe de Joaquim que faleceu a 25 de março de 1856 com 1 ano e meio de vida com inflamação do ventre. Com cólera *morbus* faleceu ainda a 26 de agosto de 1856 Bernardo Simões de 60 anos; a 30 de agosto do mesmo ano Joaquim da Costa de 58 anos casado com Fortunata Maria. De inflamação intestinal existe por exemplo o registo de 26 de abril de 1855 do Joaquim de 14 anos filho de António Nunes e Maria da Conceição. Com sarampo faleceu a 24 de maio de 1855 Adelino de 3 meses de idade filho de Bernardo das Neves e Maria da Conceição. Com apoplexia nervosa faleceu D. Rita do Patrocínio Ozório Cabral solteira de 59 anos de idade. Com hydropsia faleceram a 12 de janeiro de 1856 Marianna Jenoveva de 50 anos casada com Manuel; a 3 de Maio de 1857 Maria da Conceição, octogenária; a 15 de maio do mesmo ano Leonarda da Rosa casada com Joaquim Francisco. A título de exemplo a causa de morte de mal do fígado apresenta registos no dia 1 de agosto de 1856 com o falecimento de Anna da Conceição Caldeira solteira de 25 anos, filha de Marcos e Anna. De bexigas (varicela) faleceram por exemplo a 2 de agosto de 1856 Maria José de 5 anos de idade filha do primo António Almeida e Gertrudes Cândida; a 17 de agosto do mesmo faleceu Carolina de 13 meses de idade filha de Joaquim Simões e Maria Emília. De Malária existe registo de 28 de outubro de 1856 Macário de 5 anos filho de Francisco Ferreira Duque e Joaquina da Conceição. Por exemplo de constipação faleceu a 25 de novembro de 1856 Rosa de etnia cigana filha de José Ignácia e Joana da Encarnação. Ressalvam-se ainda dois casos de causa de morte com alguma particularidade. A 21 de maio de 1855 faleceu Augusto de 16 meses de vida filho de José Rodrigues e Rita Maria devido a desastre de fogo (fig. 9). A 2 de junho de 1857 faleceu José de 3 anos filho de Manuel Carvalho e Thereza devido a desastre de água a ferver.

O sumário de dados aqui apresentados reflete alguns dos casos enunciados. Para uma melhor elucidação, por parte dos interessados, sugere-se a leitura dos registos paroquiais de óbitos.

<sup>11</sup> O referido estudo aguarda a conclusão do relatório final de arqueologia para ser submetido à aprovação da entidade competente e posterior divulgação.

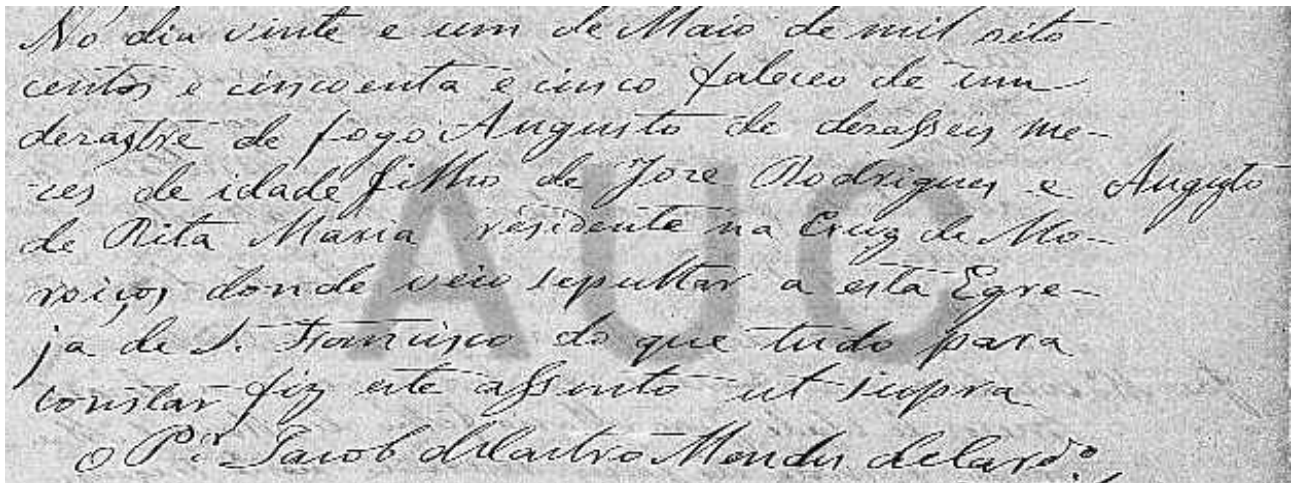


Fig. 9 - Registo de 21 de Maio de 1855 de Augusto de 16 meses que faleceu de desastre de fogo. (CBR16-004-000\_m0003.TIF in <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33802&searchMode=as#a> l  
acedido em Nov. 2012).

Numa correlação destas interpretações com a história das epidemias, percebem-se parâmetros de fundamentação. Assim, a peste que no final de 1599 em Coimbra contribuiu para a diminuição de cerca de 1/5 da sua população, prolongou-se até 1602 (Oliveira, 1970-72). Neste século a peste contribuiu para o desenvolvimento de outras doenças epidémicas, como é o caso do tifo e difteria (Rodrigues, 2004a:37), e estas condições contribuíram para a alteração demográfica, “*Em 1613 registam-se em Lisboa mortes de tifo, mas em 1615 e por sete longos anos, a sombra da morte paira de novo na maior cidade do reino. De intensidade média, atribuível a causas diversas e espaçadas no tempo, inserem-se essas crises na conjuntura desfavorável sentida por todo o Portugal, levando à subida generalizada do número de óbitos e à quebra do ritmo de uniões e baptismos a partir de 1616, atingindo o seu ponto crítico em 1622 e 1623.*” (Rodrigues, 2004b:38). A cidade de Coimbra foi afetada pela febre tifóide entre o período de 1630 a 1632 (Oliveira, 1970-72), apesar de não existirem registos paroquiais de óbitos deste período, na freguesia de Santa Clara para fundamentarem possíveis casos.

No entanto, a malária, outra enfermidade que surgiu em Portugal, e em todo o Sul da Europa, apesar das múltiplas denominações, como febre terçã e maligna, consistia num mal próprio de zonas pantanosas ou muito irrigadas, como os vales do Mondego e do Sado (Rodrigues, 2004a:76). A malária, ou paludismo conceito pelo qual também era conhecida, só foi definitivamente erradicada em meados do século XX (Rodrigues, 2004b:76). Esta patologia encontra-se enunciada nos registos paroquiais, analisados, com causa de morte por exemplo no registo de 28 de outubro de 1856 Macário de 5 anos que faleceu de malária (fig. 10).

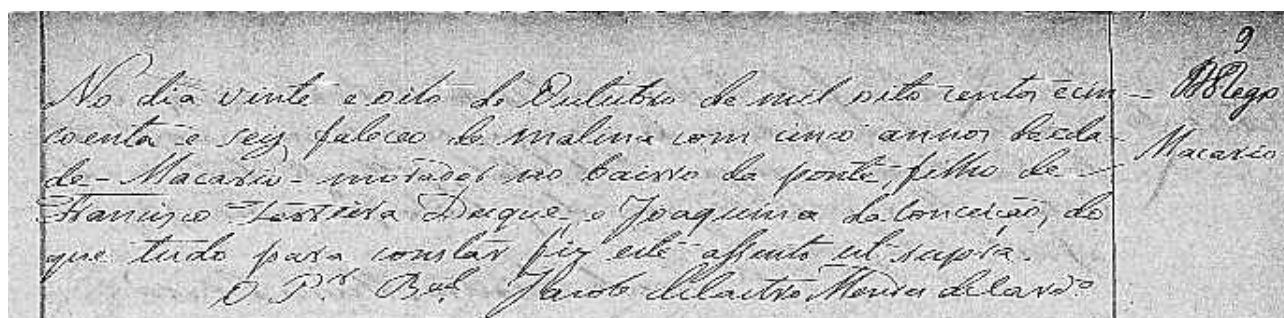


Fig. 10 - Registo de 28 de Outubro de 1856 de Macário de 5 anos que faleceu de malária. (CBR16-004-000\_m0009.TIF in <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33802&searchMode=as#a1> accedido em Nov. 2012).

As doenças infecciosas, devido ao aparecimento dos antibióticos, apenas nos anos 40 do século XX, consistiam na principal causa de morbidade e mortalidade (Rodrigues, 2004b:77), “(...)o enfraquecimento da lactação e dos cuidados maternos, a ingerência de produtos alimentares impróprios e águas contaminadas favoreciam a propagação de surtos epidémicos violentos, como as febres de origem tifoide. As vítimas eram as crianças, mas não só elas.” (Rodrigues, 2004b:82). No geral as epidemias e as conjunturas socioeconómicas contribuem muito para a redução demográfica nacional e europeia. Na tabela 1 pode ser observada a referência aos anos de crise associada à mortalidade a nível nacional.

Tabela 1 - 160. Anos de crise de mortalidade geral em Portugal (Rodrigues, 2004b:91).

		Nº Total	Anos de crise
Séc. XVI		6	1569, 1580, 1588, 1593/4, 1599
Séc. XVII	1ª met.	13	1615/16, 1619/20, 1622/23, 1631, 1636/37, 1642, 1647/49
	2ª met.	16	1657/59, 1662/63, 1675/78, 1682/83, 1685, 1693/97

A autora considera que com o séc. XVII a importância e frequência das crises cresce devido à tifo e outros males contagiosos, alguns dos quais predominantemente infantis, como no caso das febres de origem desconhecida, tifóides, disenterias e varíola. Este quadro patológico não foge das suas grandes linhas, exceto com a cólera *morbus* de 1833 e 1855-1856, que marcam o fim de ciclo. Facto

este que foi enunciado e fundamentado anteriormente na apresentação de casos de registos paroquiais com esta causa de morte.

A investigação quer seja de âmbito da história, da arqueologia, da antropologia, da medicina, nas suas várias vertentes são de extrema importância para a interligação de dados e observações de materiais recolhidos, e a contribuição de inferências relativas ao estilo e forma de vida das populações.

O desenvolvimento deste trabalho permitiu um avanço no conhecimento e importância da arqueologia e da antropologia realizada em imóveis que apresentam história e se caracterizam pelo seu potencial. A realização de sondagens de diagnóstico permitiu um tributo na análise do espaço e elaboração do projeto final do imóvel, para avaliação do enquadramento de elementos e o impacto sob o ponto de vista do património.

## **Bibliografia**

- Borges, N. C. 1987. *Coimbra e região*. Editorial Presença. Lisboa.
- Correia, V.; Gonçalves, N. 1947. *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa.
- Dias, P. 1995. *Coimbra: Arte e História*. Coimbra.
- Duarte, C. 2003. Bioantropologia *In*: Mateus, J. E. e Moreno-Garcia, M (eds.). *Paleocologia humana e arqueociências*. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura. Núcleo de paleobiologia Humana. Trabalhos de Arqueologia. P.263-296.
- Ginja, A.; Ginja, M., 2010. *Relatório final dos trabalhos arqueológicos no âmbito das obras de consolidação Estrutural – 2ª fase no Convento de S. Francisco da Ponte, Santa Clara*. Coimbra. [Policopiado].
- Jesus, F. 1997. *Convento de São Francisco*. Direcção-geral dos edifícios e monumentos nacionais. *In*: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt). [Atualização de informação por Bandeira, F. 2002].
- Lopes, S. D. 1998. *Convento de S. Francisco da Ponte* Valor da Arte Coimbrã. Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. Coimbra.
- Oliveira, A. 1970-72. *A vida económica e social de Coimbra entre 1537 e 1640*. Vol.II. Coimbra.
- Rodrigues, T. 2004a. A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade. *Fórum Sociológico*, nº11/12, Lisboa,11-29.
- Rodrigues, T. 2004b. *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*. População e Prospectiva. CEPESE. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Working Papers.
- Rodrigues, T. Reis, C. 1989. A Vida Familiar no Algarve na primeira metade do Século XVI: Alguns aspectos de quotidiano. *Actas das Terceiras Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé. Pg. 291-308.



- Santos, P. J. R. 1997. *O Convento de São Francisco da Ponte*. Dissertação de Licenciatura. Departamento de Arquitectura da FCTUC. Coimbra [Policopiado].
- Coimbra no séc. XVI. Água-forte atribuída a Georg Braun. Publicada na obra “Civitas Orbis Terrarum” 5º Volume, Colónia, 1599. Estampa nº 1.

### **Legislação**

- Decreto de 21 de setembro de 1835 – Diário do Governo nº 226.
- Portaria de 8 de outubro de 1835 – Diário do Governo nº 226.
- Portaria 381/2009 DR, 2ª série - Nº 49 - 11 de março de 2009.
- Plano Diretor Municipal - Resolução do Conselho de Ministros nº 24/94 DR, 1ª série - Nº 94 - 22 de abril de 1994, com todas as alterações à lei.
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra – RMUE. Regulamento n.º 255/2012 DR, 2.ª série - N.º 132 - 10 de julho de 2012.

### **Endereços eletrónicos**

- <http://antt.dgarq.gov.pt/> (acedido em Dez 2012).
- [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1852&Itemid=698](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1852&Itemid=698)  
(acedido em Dez 2012).
- <http://gch.cm-coimbra.pt/2012/06/08/relatorio-preliminar-arqueologico-antropologico-igreja-do-convento-de-s-francisco-coimbra/artigo-de-divulgacao-do-relatorio-preliminar-arqueologico-e-antropologico-das-sondagens-de-diagnostico-igcsf-12-2/>  
(acedido em Dez 2012).

- <http://www.googleearth.com> (acedido em Dez 2012).
- [http://www.uc.pt/auc/fundos/f\\_par\\_Coimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/f_par_Coimbra) (acedido em Nov. 2012).
- <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33797&searchMode=as>  
(acedido em Nov. 2012).
- <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33802&searchMode=as#1>  
(acedido em Nov. 2012).
- <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33803&searchMode=as>  
(acedido em Nov. 2012).
- <http://193.137.201.198/pesquisa/default.aspx?page=regShow&ID=33804&searchMode=as>  
(acedido em Nov. 2012).

19 de Dezembro de 2012